



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PARECER nº 5 / 2026 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de serviços de outsourcing de impressão, para dar continuidade ao serviço de impressão, digitalização e reprografia existente no Tribunal, abrangendo o fornecimento e instalação de equipamentos com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, exceto papel, serviços de assistência técnica, gerenciamento e controle da produção, a fim de atender as unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Zonas Eleitorais do Estado, Centrais de Atendimento ao Público (CAP) e Postos de Atendimentos (SAC e PAE) da Capital e do Interior do Estado, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90027/2025 (documento n.º 3650386).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 3602702).
3. Os pedidos de esclarecimentos apresentados foram respondidos e publicados, documentos n.ºs 3629278 e 3650382.
4. Houve duas impugnações que não foram acolhidas pelo Tribunal (documentos n.ºs 3640474 e 3648096), demandando o adiamento da data prevista para abertura da sessão pública, consoante publicações acostadas (docs. n.ºs 3650397 e 3650401).
5. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 829/2022 (documento n.º 3626336).
6. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras e no DOU e em jornal de grande circulação, bem como republicado devido adiamento (documentos n.ºs 3626350, 3626366, 3661892, 3650397 e 3650401).
7. Da leitura da documentação acostada, observa-se que foram cumpridas as etapas do procedimento previstas no edital. Verifica-se que as ocorrências do pregão foram registradas de forma detalhada pelo Pregoeiro no *chat* no Termo de Julgamento, documento n.º 3657343.
8. Realizada a verificação de conformidade da proposta da licitante vencedora, foram examinados os documentos de habilitação. Na sequência, o item do pregão foi aceito e habilitado à empresa SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 07.432.517/0001-07.
9. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimentos de licitar (documentos n.ºs 3657359 e 3658282).
10. Aberto o prazo, foi interposto recurso pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA e correspondente contrarrazões foram apresentadas, conforme documentos n.ºs 3658286 e 3661548.
11. Mediante manifestação no documento n.º 3661685, a Pregoeira sustentou seus argumentos pela improcedência do recurso interposto e pela manutenção da habilitação da empresa vencedora SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVICOS LTDA.
12. No Parecer n.º 4/2026, documento n.º 3663107, a ASJUR1 opinou de igual modo pelo não acolhimento do recurso impetrado pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA.
13. Assim, com lastro no referido parecer jurídico, o procedimento poderá ser submetido à apreciação do Sr. Diretor-Geral, recomendando-se o indeferimento do recurso e manutenção da decisão da Pregoeira.
14. Observa-se que foram anexados aos autos, o Termo de Julgamento, Relatório de Declarações da licitante,

Documentos de Habilitação da empresa declarada vencedora (docs. n.ºs 3657343, 3657359 e 3658282), a manifestação e Relatório Final do Pregoeiro (docs. n.ºs 3661685 e 3661957).

15. Assim sendo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto ao julgamento do recurso, à adjudicação do objeto e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

16. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

À consideração superior.

Juliana Ouro Preto Maciel
Analista Judiciário

De acordo.
Ao Diretor-Geral, para apreciação.

MARIA REGINA SANTANA
Assessora Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 08/01/2026, às 07:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ouro Preto Maciel, Analista Judiciário**, em 09/01/2026, às 07:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3663673** e o código CRC **101D62B4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

DECISÃO nº 3663676 / 2026 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de serviços de outsourcing de impressão, para dar continuidade ao serviço de impressão, digitalização e reprografia existente no Tribunal, abrangendo o fornecimento e instalação de equipamentos com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, exceto papel, serviços de assistência técnica, gerenciamento e controle da produção, a fim de atender as unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Zonas Eleitorais do Estado, Centrais de Atendimento ao Público (CAP) e Postos de Atendimento (SAC e PAE) da Capital e do Interior do Estado, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90027/2025 (documento n.º 3650386).
2. Realizada a sessão pública, de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA.
3. Após análise da peça recursal e contrarrazões (documentos n.ºs 3658286 e 3661548), a Pregoeira designada manifestou-se pela improcedência do recurso, conforme manifestação acostada em documento n.º 3661685.
4. Instada a examinar a matéria, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), se pronunciou mediante Parecer n.º 4/2026 (doc. n.º 3663107), conforme trecho abaixo transcrito:

[...]

5. A Pregoeira, de seu turno, opinou, ao final, pelo não acolhimento do Recurso, nos seguintes termos (doc. n.º 3661685):

[...]

7. Convém esclarecer que no Anexo A do Termo de Referência (doc. n.º 3626318 - fl. 41/44), o qual trata das especificações dos equipamentos, quanto ao **item 1**, não há menção ao modo de impressão. Entendemos, portanto, não haver óbice ao atendimento da exigência na funcionalidade “*High Speed*”, desde que compatível com a velocidade (mínima) de impressão 48 ppm e com a resolução (mínima) de impressão de 1200 x 1200 dpi, conforme especificado, o que foi confirmado pela área técnica.

8. Ademais, cumpre pontuar que os requisitos de acessibilidade não constam das especificações dos **itens 1, 2 e 3**, o assunto é tratado no tópico 4.1, alínea “f” do Termo de Referência (doc. n.º 3626318- fl. 26), parte que trata dos critérios de sustentabilidade a serem atendidos na contratação. Deste modo, a nosso ver, as soluções de adaptação disponibilizadas pela SIMPRES para garantir a interface de usuário acessível nos equipamentos (painel de controle tátil, botões em alto-relevo, “*feedback*” sonoro e softwares compatíveis com leitores de tela), atendem às exigências do certame.

9. Diante de todo o exposto, **opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA** (doc. n.º 3658286), mantendo-se, consequentemente, a decisão proferida no Pregão Eletrônico n.º 90027/2025, que habilitou e declarou vencedora no certame, para os **itens 1, 2 e 3**, a licitante SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. [...] [grifos adotados]
5. Deste modo, lastreado no parecer n.º 4/2026, exarado pela ASJUR1, o qual acolho e que passa a integrar a presente decisão, com amparo no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **nego provimento** ao recurso interposto pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA., mantendo-se, por consequência, a decisão da Pregoeira (doc. n.º 3661685).
6. No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSED (doc. n.º 3663673), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 07.432.517/0001-07, pelo valor total de **R\$ 1.944.907,27** (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sete reais e vinte e sete centavos) para o período de 24 meses, e **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 90027/2025, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato, de acordo com o Termo de Julgamento acostado no documento n.º 3657343.
7. Assim posto, encaminhe-se, simultaneamente:
 - à SOF, para emissão de empenho.
 - à SGA, para formalização do ajuste e demais providências.
 - à STI, para ciência e acompanhamento.

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 08/01/2026, às 08:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3663676** e o código CRC **930339AE**.

0016631-57.2025.6.05.8000

3663676v9